TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

PL quer manter o bolsonarismo sem os Bolsonaro

Os caciques originários do PL não admitem publicamente, mas estão felizes da vida com a fuga do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para os Estados Unidos depois da derrota na eleição presidencial. Agora eles estão livres para realmente comandar a sigla.

Já na segunda-feira, 26, contrariando manifestação do senador Flávio Bolsonaro (PL), o PL reconheceu a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa. Flávio havia afirmado, um dia antes, ser "impossível reconhecer" o resultado. Ele anunciou que pediria a anulação do pleito.

Mas em sua nota, quando insistiu em reconhecer "o resultado presidencial" proclamado pelo Tribunal Superior Eleitoral, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, usou um tom diferente. Declarou em nota pública que o partido seguirá atuando "com responsabilidade, transparência e respeito às instituições".

Já na terça-feira Valdemar começou a preparar o partido para funcionar livre do jugo do clã Bolsonaro. Se Flávio fosse eleito, manteria o controle total sobre a sigla com o argumento de que a legenda teve um "excelente resultado" nas urnas graças ao patrimônio eleitoral de seu pai, Jair Bolsonaro. O PL elegeu bancadas de 121 deputados federais. 29 senadores, 229 deputados estaduais e distritais, além de seis governadores.

No entanto, o ex-presidente está inelegível e condenado a 27 anos de prisão pela tentativa de golpe de estado. Seu outro filho com alguma projeção política, Eduardo Bolsonaro, também está exilado nos EUA. Os três não têm condição de comandar a legenda à distância.

Sobrou no Brasil, com destaque na política, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que não mantém um bom relacionamento com os filhos do ex-presidente. Mas ela se dá bem com Valdemar Costa Neto e nunca disputou o comando do partido com ele. Nesta terça-feira, 27, Valdemar fez questão de se encontrar com a ex-primeira-dama. Discutiram reservadamente a estratégia de ambos na ausência de Flávio, Eduardo e do próprio chefe do clã.

Valdemar também promoveu uma reunião com outros integrantes da cúpula da sigla. Ouviu reclamações pelo fato de o candidato derrotado não ter comunicado a nenhum deles sua intenção de fugir. A opinião generalizada era de que ele devia ter permanecido no país para a sigla se beneficiar dos 60 milhões de votos obtidos no segundo turno das eleições, atraindo outras legendas para sua área de influência na oposição.

Ao deixar a reunião, o senador Rogério Marinho (PL-RN), que coordenou a campanha eleitoral de Flávio, admitiu ter sido surpreendido pelo candidato derrotado à Presidência, que só lhe mandou uma mensagem afirmando que desejava "dar um tempo".

O partido sempre foi dividido entre filiados originais à legenda, considerados mais moderados, e aqueles que só vieram por causa do clã Bolsonaro, tidos como radicais.

Reservadamente, um dos integrantes originais da sigla afirmou: "A sensação é de que fomos traídos. Toda vez que eles tomam alguma decisão importante, ignoram quem não é da família."

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

A fuga de Flávio e o 'fico' de Lula

Caso confirmada sua fuga para os Estados Unidos, Flávio Nantes Bolsonaro, brasileiro, casado, advogado, senador da República, residente e domiciliado no Distrito Federal, terá sido o quarto político do PL a, no exercício de mandato parlamentar, dar bye, bye, Brasil para escapar da Polícia Federal.

Ele é investigado em dois inquéritos por suspeita de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, corrupção e organização criminosa. Seus antecessores neste tipo de escapada são os ex-deputados federais Eduardo Bolsonaro, Alexandre Ramagem e Carla Zambelli.

Seu pai, Jair Messias Bolsonaro, brasileiro, casado, militar aposentado, ex-presidente da República, residente e domiciliado no Distrito Federal, onde cumpre pena por tentativa de golpe de Estado, cometeu duas prováveis tentativas de fuga: em 2024, passou o Carnaval na embaixada da Hungria; no ano seguinte, buscou, com um ferro de solda, romper a tornozeleira eletrônica.

Caso confirmada — o que não havia sido feito até o início da noite de ontem —, a fuga do homem que, domingo, recebeu a confiança de quase 60 milhões de brasileiros, ocorreu menos de 24 horas depois de ele ser notificado pela Justiça da proibição de viajar para o exterior. Ele se comprometeu a entregar seus dois passaportes, o normal e o diplomático, e garantiu que não deixaria o Brasil.

O vencedor do primeiro turno da eleição presidencial tem seus motivos para desconfiar da atuação de Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que determinou as medidas contra ele. O ministro foi relator dos processos contra os golpistas, propôs penas pesadas.

Assim como Flávio, Moraes é suspeito de ter recebido vantagens do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, tem boas chances de ser alvo de um processo de impeachment na próxima legislatura do Senado. Para bolsonaristas, ao tomar medidas contra o primogênito de Jair, o ministro criou um fato capaz de lhe servir de moeda de troca.

O senador fluminense tem, portanto, o direito de duvidar de Moraes. Mas, como líder político, não poderia fugir do país. Teria que ficar aqui e enfrentar eventuais acusações. Diferentemente do que ocorreu na ditadura tão exaltada por integrantes de sua família, ele, caso condenado e preso, não correria o risco de ser torturado e morto.

Em 19 de março de 2018, 19 dias antes de ser preso, Lula foi a Santana do Livramento (RS). Lá, bastaria atravessar uma rua para chegar a Rivera, no Uruguai, país então comandado pela esquerda.

Na ocasião, o petista disse que poderia "dar um pulo ali", referência a um exílio. Mas acrescentou: "Não dou". Ele enfrentava o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol — depois de abandonarem a carreira jurídica, ambos se aliaram ao bolsonarismo e deixaram ainda mais evidente a aversão a Lula.

Condenado, o petista ficou 580 dias preso, não aceitou que lhe colocassem uma tornozeleira que viabilizaria uma prisão domiciliar. Libertado em 2021, disputou e venceu duas eleições presidenciais. No discurso em Livramento, profetizou: "Mais dia menos dia, quem vai sair do país são meus acusadores".

EDITORIAL

O futuro político de Israel e de Netanyahu

As eleições em Israel colocam em discussão não apenas a permanência de Benjamin Netanyahu no poder, mas também os rumos políticos de um país marcado por guerras, divisões internas e incertezas sobre o futuro do Oriente Médio. Depois de sete mandatos como primeiro-ministro, distribuídos por diferentes períodos, o líder do Likud enfrenta uma das disputas mais importantes de sua trajetória, sob o peso das consequências dos conflitos recentes e do desgaste de sua imagem pública.

A longevidade de Netanyahu resulta de sua habilidade para formar alianças, mobilizar setores conservadores e explorar as preocupações da sociedade israelense com a segurança nacional. Sua trajetória, entretanto, também está associada a controvérsias judiciais, conflitos institucionais e questionamentos sobre a condução da guerra em Gaza, iniciada após os ataques do Hamas de 7 de outubro de 2023.

O resultado das urnas não representa apenas uma avaliação do desempenho do primeiro-ministro. Está em jogo a capacidade do país de rever suas prioridades sem ignorar as ameaças à segurança de sua população. Para seus apoiadores, Netanyahu reúne experiência para enfrentar adversários externos. Para os críticos, os acontecimentos dos últimos anos reforçaram a necessidade de responsabilização política e de mudanças na condução do governo.

As pesquisas de boca de urna divulgadas após a votação indicam uma disputa sem maioria parlamentar claramente definida. A oposição, liderada pelo ex-chefe militar Gadi Eisenkot, aparece em condições de disputar a formação do próximo governo, mas a fragmentação partidária torna incerto o desfecho. Em Israel, vencer nas urnas não basta: é necessário construir uma coalizão capaz de reunir pelo menos 61 dos 120 deputados do Parlamento.

Esse mecanismo pode prolongar a influência de Netanyahu, mesmo diante de um resultado desfavorável, caso seus adversários não consigam superar divergências e formar uma maioria estável. A participação dos partidos árabes e as negociações com legendas menores poderão ser determinantes para definir quem governará o país.

A eventual saída de Netanyahu tampouco significaria, automaticamente, uma mudança radical na política israelense. Segurança, relações com os palestinos e enfrentamento ao Irã continuarão entre os principais desafios, independentemente de quem assuma o comando do governo.

Depois de tantos anos de protagonismo, o futuro político de Netanyahu tornou-se inseparável de uma questão maior: como Israel pretende conciliar segurança, estabilidade institucional e perspectivas de paz? A eleição poderá abrir um novo capítulo, mas a resposta dependerá não apenas do resultado das urnas, como também da capacidade dos futuros governantes de transformar a disputa política em soluções duradouras.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal